

## F2

Fase 3 do Ciclo de *Advocacy*

## Planejamento – Riscos, preocupações e desafios

A Seção F2 analisa algumas das ameaças, riscos, preocupações e desafios mais comumente enfrentados em nosso trabalho de *advocacy*, além de sugestões de como mitigar e superá-los.

Esta seção faz parte da Fase 3 do Ciclo de *Advocacy* e integra o processo de planejar e decidir entre fazer ou não um trabalho de *advocacy*. Se apropriado, deve ser estudada em conjunto com a Seção G5 sobre o *advocacy* em contextos políticos difíceis.



## Notas ao facilitador

Esta seção explora uma série de perguntas e respostas. O facilitador do workshop deve estar familiarizado com este material.

- Quais os riscos envolvidos em *advocacy*? 140
- Quais as preocupações mais comuns para cristãos atuantes em *advocacy*? 142
- Como podemos mitigar e gerir os riscos e preocupações? 143



## Ferramentas

Esta seção apresenta ferramentas que podem nos ajudar a aplicar o aprendizado de forma prática. Em um workshop de treinamento, podem ser usadas como materiais de apoio.

- FERRAMENTA 35: Análise de riscos de *advocacy* 146
- FERRAMENTA 36: Quadro de mitigação de riscos de *advocacy* 148



## Exercícios de treinamento

Nesta seção são propostos alguns exercícios interativos de treinamento que podem ser usados com os grupos para aprofundar sua compreensão das questões suscitadas e exercitar a aplicação das ferramentas apresentadas. São ideais para uso em workshops de treinamento.

- EXERCÍCIO 41: Identificar e reduzir riscos em *advocacy* 149
- EXERCÍCIO 42: Superar as preocupações comuns no trabalho de *advocacy* 150
- EXERCÍCIO 43: Lidar com os desafios enfrentados por cristãos no trabalho de *advocacy* 150

## SEÇÃO F2 Notas ao facilitador

### Quais os riscos envolvidos em advocacy?

Tudo que fazemos envolve risco. Cientes ou não, estamos constantemente preocupados em evitar, reduzir ou mitigar riscos. Por exemplo, corremos um risco quando dirigimos um carro, pois sabemos que acidentes acontecem. Entretanto, podemos reduzir o risco usando o cinto de segurança, procurando dirigir descansados e durante o dia.

O mesmo vale para o trabalho de *advocacy*. Precisamos considerar os principais riscos que enfrentamos como organização antes de nos lançarmos no trabalho de *advocacy*.

Dentre os principais riscos de ações de *advocacy* estão:

#### ■ Riscos à imagem

As atividades de *advocacy* frequentemente têm grande visibilidade. Se uma organização cometer erros, é possível que aconteçam no domínio público, acarretando possíveis danos à reputação da organização. Por exemplo: se uma organização se basear em informações incorretas, comprometer sua mensagem, afirmar representar pessoas que não foram consultadas, não representar fielmente seus interesses ou não cumprir uma promessa feita.

#### ■ Riscos a pessoas

Quando uma organização se manifesta em um ambiente de atuação difícil e/ou sobre assuntos polêmicos, pode ser arriscado para as pessoas participantes no trabalho de *advocacy*, e até mesmo para seus amigos e colegas em outras partes do mundo. Por exemplo: quem participa das atividades de *advocacy*, seus amigos e familiares, e as pessoas nas comunidades afetadas pelas questões a que o trabalho de *advocacy* se dirige podem sofrer violência, ameaça de violência, prisão e até ameaças de morte. Todos os envolvidos também podem sofrer abuso psicológico, incluindo isolamento na comunidade ou na igreja.

#### ■ Riscos ao patrimônio

Às vezes, as mensagens de *advocacy* de uma organização podem incomodar seus oponentes. Em casos extremos, esse antagonismo pode levar à violência, ameaças de violência ou danos contra o patrimônio da organização ou pessoal, principalmente em países onde o estado de direito é fraco. Por exemplo: fechamento forçoso de imóveis, apreensão de documentos, incêndio criminoso em um escritório, furto de documentos importantes, furto de gado, queima de culturas ou contaminação do abastecimento de água.

#### ■ Riscos aos relacionamentos

Às vezes, um novo projeto de *advocacy* pode prejudicar as relações existentes com nossos aliados, apoiadores e decisores caso não concordem com o posicionamento ou a prática que a organização tiver adotado em determinada questão.

## ESTUDO DE CASO

**ZIMBÁBUE**

Em Bulawayo, houve uma estação em que as fontes de captação de água se secaram. Por causa da estiagem, as represas entraram em colapso, situação agravada pelos vazamentos nos encanamentos residenciais. Não havia produtos químicos para purificar a água e nem bombas para puxá-la. A população da cidade se via sem abastecimento de água.

Os pastores da Churches in Bulawayo (CIB), organização parceira da Tearfund, decidiram agir. Contrataram caminhões, cruzaram a fronteira e compraram caixas d'água. Ao retornarem, reuniram-se com autoridades locais, líderes comunitários e líderes de igrejas para identificar as comunidades que mais precisavam de água. Em seguida, localizaram poços nas proximidades e instalaram as caixas d'água onde todos pudessem acessá-las.

Ao mesmo tempo, fizeram lobby junto ao ministério responsável pelo abastecimento de água, pedindo que tomasse medidas a respeito do grave problema de falta de água, a começar pelo financiamento dos reparos nas represas, sob o fundamento de que todos em Bulawayo tinham o direito legal de acesso à água potável. Suas ações de *advocacy* foram noticiadas no jornal e no rádio. Infelizmente, as autoridades do governo se recusaram a cooperar. Diante disso, a CIB realizou uma análise de riscos, concluíram que deveriam prosseguir e assim o fizeram, apesar da falta de cooperação.

**■ Riscos financeiros**

O trabalho de *advocacy* pode desviar recursos de outros trabalhos, prejudicando sua eficácia. Em determinadas situações, a decisão de realizar um trabalho de *advocacy* pode ter influência na captação de recursos. Eventualmente, o trabalho de *advocacy* pode levar as pessoas envolvidas a perderem seus empregos, sua fonte de renda ou negócios, ou levar a organização a perder o apoio financeiro que recebe. Também existe uma tendência, principalmente entre doadores, de aumentar a fiscalização do volume de recursos que as organizações investem em *advocacy*, e do seu impacto na redução da pobreza. É fundamental manter um processo constante de monitoramento, análise e avaliação para garantir que os recursos não sejam desperdiçados em iniciativas pouco indicadas ou mal planejadas.

**■ Riscos às expectativas**

O *advocacy* pode ser um processo demorado e as mudanças dificilmente acontecem rapidamente. Uma organização deve criar e manter expectativas realistas entre seus aliados, apoiadores e pessoas nas comunidades afetadas pela questão trabalhada pela iniciativa de *advocacy*, evitando descontentamentos, frustrações e decepções.

**■ Riscos à situação legal**

As organizações, em sua maioria, estão sujeitas a leis que proíbem o seu envolvimento na política. Qualquer ação de *advocacy* deve se manter dentro dos limites da legalidade, e qualquer envolvimento político deve estar atrelado ao objeto social da organização. Caso contrário, há o risco de a organização ter seu registro de funcionamento prejudicado ou cassado.

**■ Riscos à tempestividade**

O trabalho de *advocacy* frequentemente envolve aproveitar um momento de oportunidade para influenciar decisores. Existe o risco de se perder essa janela de oportunidade, seja por falta de conhecimento ou pelo foco em outras questões.



### Quais as preocupações mais comuns para cristãos atuantes em *advocacy*?

Se os cristãos não estiverem convencidos de que o *advocacy* tem fundamentos bíblicos, ou que é importante para a igreja, dificilmente participarão, mesmo que lhes sejam mostradas muitas razões teológicas e práticas para fazê-lo. Pode ser uma boa ideia antecipar alguns desses pontos de discussão, e considerar as possíveis respostas. Para outras informações de contexto, ver a Seção B3.

MOTIVO DADO	POSSÍVEL RESPOSTA
Segundo Romanos 13 e 1 Pedro 2:13–14, devemos obedecer às autoridades governamentais, não desafiá-las.	De fato, esses versículos nos ensinam a obedecer às autoridades governamentais, desde que elas não contrariem as leis de Deus. O que se entende nesses versículos é que quem está no poder é servo de Deus. Entretanto, o que acontece se as pessoas em posição de autoridade não estiverem governando de acordo com as leis de Deus? Daniel 6:10 nos mostra um exemplo de um homem de Deus que desobedeceu intencionalmente a um decreto do estado que contrariava as leis de Deus. Não podemos simplesmente assistir enquanto o governo abusa de seu poder e de sua função como servo de Deus. Cabe a nós, como cidadãos e como cristãos, chamar os governos à responsabilidade, para que o estado cumpra sua função divina de defender o que é justo, punir os que praticam o mal e promover o bem-estar da humanidade.
Jesus nos ensina a amar nossos inimigos, oferecer a outra face e que “a mim pertence a vingança” (Mateus 5).	Somos chamados a amar os nossos inimigos. O foco desse ensinamento é não buscar a vingança, que cabe a Deus.
Jesus diz que “os pobres vocês sempre terão com vocês” (Marcos 14:7).	Ele continua, dizendo “e poderão ajudá-los sempre que o desejarem”. Essas palavras são um comando, não uma opção. O foco desta passagem é a unção com perfume poucos dias antes da morte e ressurreição de Jesus, mostrando que a mulher reconheceu o significado do que estava prestes a acontecer.
O que realmente importa é que as pessoas sejam salvas, então precisamos nos concentrar nisso. O trabalho de <i>advocacy</i> não traz salvação.	Os cristãos são chamados a buscar a justiça (Miquéias 6:8), defender a causa dos pobres (Provérbios 31:8-9), e a se colocarem na brecha em defesa de quem sofre (Ezequiel 22:30).
Jesus não se envolvia na política.	Jesus não participou de um movimento político organizado, mas desafiou as autoridades. Por exemplo, ele falou de forma assertiva em relação às autoridades (Lucas 13:32), purificou o templo (João 2:13–16), e se manifestou contra a injustiça e a opressão (Lucas 11:42). Precisamos buscar uma resposta de Deus para as questões, o que pode passar pelo trabalho de <i>advocacy</i> .
A política é um jogo sujo. Não se deve misturar religião com política.	É verdade que o poder pode corromper, mas, ao escolherem não se envolver em política, os cristãos acabam deixando para os outros tomarem decisões que afetam a vida de todos. Dessa forma, não levamos a sério a nossa responsabilidade de mordomia. Um bom exemplo de envolvimento político segundo a vontade de Deus foi José, quando governou o Egito e evitou a fome (Gênesis 41:41–57). (Para outras informações sobre personagens da Bíblia que exerceram <i>advocacy</i> , ver a Seção B3.)
Os cristãos se envolveram muito em <i>advocacy</i> no passado, e trouxeram escândalo para a igreja.	A igreja, de fato, já foi descreditada no passado pelo seu envolvimento com o poder, mas isso ocorreu pela forma como foi feito, e não pelo envolvimento em si. Precisamos aprender com o passado.
Existem dois reinos – o reino de Deus e o reino deste mundo. Vivemos em um, e não no outro.	Existem dois reinos. Os cristãos são cidadãos do céu (Filipenses 3:20), mas vivem neste mundo. Somos chamados para ser o sal e a luz do mundo (Mateus 5:13) e nele exercer influência. Não devemos fugir da nossa responsabilidade.

O problema é que, se a igreja não exercer *advocacy*, será menos eficaz em trazer as boas novas para as pessoas carentes, pois terá deixado de atender ao chamado de Deus para chamar os governantes à responsabilidade por cumprirem seu propósito, além de ter permitido que a injustiça e a pobreza

continuassem sem se manifestar a respeito. “Para que o mal triunfe, basta que os bons fiquem de braços cruzados” (Edmund Burke).



### Como podemos mitigar e gerir os riscos e preocupações?

Se o risco for muito grande, é prudente considerar outras alternativas para o trabalho de *advocacy*, como pedir que um porta-voz externo ou uma organização no exterior faça o trabalho de *advocacy* a nosso favor. No entanto, pode haver situações em que os riscos sejam tão altos que nos impeçam de realizar qualquer tipo de ação de *advocacy*.

É uma boa prática assegurar-se de que todos os envolvidos estejam cientes do risco, estejam dispostos a prosseguir e estejam cientes de o que fazer para minimizar o risco. Inclusive, devem saber onde procurar ajuda. Vale lembrar que, em alguns casos, pode haver um risco maior em não exercer *advocacy* do que em exercê-lo.

#### ESTUDO DE CASO

#### GUATEMALA

Como muitos países da América Central, a Guatemala tem registrado uma súbita escalada na prática e nas ameaças de violência. Essa situação teve repercussões para uma organização parceira da Tearfund no país, que em seu programa de desenvolvimento da saúde comunitária procurava empoderar as comunidades carentes e vulneráveis. A parceira incentivava as comunidades a formarem uma voz conjunta – algo que, historicamente, não haviam feito – para cobrar seus direitos de acesso a serviços de saúde a um custo acessível em caso de necessidade. Com isso, muitas pessoas passaram a ter um senso de valor e dignidade, à medida que a organização parceira criava oportunidades e canais de acesso aos decisores locais. No entanto, essa ação também teve seu custo.

No decurso do trabalho de *advocacy*, a parceira expôs fraudes e corrupção em grande escala no governo. Foi uma situação difícil para os envolvidos, pelo fato de pessoas poderosas sentirem-se ameaçadas. As transformações sociais os deixavam desconfortáveis, temendo que seus privilégios fossem questionados ou removidos. Houve ameaças de morte, violência e de fechamento da organização, numa tentativa do governo de reprimir e abafar sua voz.

Diante disso, a organização parceira elaborou um plano estratégico para mitigar os riscos envolvidos. Por exemplo, resolveram não se locomover após o anoitecer, instalar luzes de segurança em suas instalações administrativas, limitar as informações colocadas em domínio público e não incluir as que pudessem identificar determinados indivíduos, sempre pedir as notas fiscais de seus gastos, etc. Também decidiram prosseguir com o trabalho de *advocacy*, apesar dos riscos que continuavam a enfrentar.

Os riscos e preocupações mais comumente associados ao trabalho de *advocacy* podem ser facilmente superados se forem antecipados. Seguem alguns exemplos.

### “Ao nos manifestarmos sobre determinada questão, poderemos sofrer ameaças ou isolamento”

- Se houver um risco potencial, os envolvidos nas ações de *advocacy* e as pessoas afetadas pela situação devem estar cientes desse risco antes de agir.
- Recorra a organizações no exterior, se for uma opção segura.
- Realize a ação de *advocacy* em conjunto com terceiros, através de uma rede, aliança ou coalizão, a fim de reduzir a visibilidade da organização e diluir eventual retaliação.
- Cultive relacionamentos sólidos com pessoas de confiança no poder, para que possam servir de vínculo com outros ou acudi-lo se você estiver em dificuldades.
- Seja respeitoso com os decisores e preste-lhes os esclarecimentos que venham a solicitar.

## ESTUDO DE CASO

**LOCAL SENSÍVEL NA ÁFRICA**

Uma organização parceira da Tearfund, que atua em um contexto político sensível, queria trabalhar com a igreja local para implantar seu projeto. No entanto, enfrentava a dificuldade de que, segundo a política do governo, os "parceiros" nesse contexto normalmente eram ONGs, e a igreja em questão não possuía registro. A organização parceira construiu relacionamentos com autoridades do governo local e usou esses contatos para pleitear uma isenção dessa exigência, para que pudessem trabalhar temporariamente com a igreja. Essa isenção ficaria condicionada a que, a partir dessa parceria entre ambas, fosse formada uma organização comunitária que, esta sim, obteria o registro e daria continuidade ao trabalho. O governo local foi convencido por esse argumento a conceder, à organização parceira, isenção de cumprimento da política.

**“ Não sabemos o suficiente sobre a situação ”**

- Entre em contato com outras organizações que fazem *advocacy* em torno da mesma questão, consultando as informações que tiverem e confrontando-as com as evidências e pesquisas já realizadas por nós.
- Junte-se a redes, coalizões e alianças que estejam exercendo *advocacy* em relação à mesma questão. Pode ser que, coletivamente, tenhamos todas as informações e os contatos necessários.

**“ O trabalho de *advocacy* gera confrontações ”**

- Esse nem sempre é o caso. Muitas vezes, os decisores e outras autoridades do governo estão cientes da existência do problema e aceitam sugestões sobre como ele pode ser solucionado.
- Uma das melhores maneiras de exercer *advocacy* é de forma colaborativa.
- Dedique tempo para construir relacionamentos com os decisores antes de procurar influenciá-los, que assim seremos mais persuasivos.
- Evite atividades e táticas de *advocacy* que possam ser vistas como acusatórias ou negativas, ou que censurem publicamente as autoridades do governo.

**“ Somos pequenos demais para fazer uma diferença ”**

- Uma frase que ficou famosa diz que: *“Se você se acha pequeno demais para fazer uma diferença, é porque nunca passou uma noite com um mosquito!”* (Anita Roddick, fundadora da The Body Shop)
- Certifique-se de que a equipe tenha tempo suficiente e, se possível, recursos suficientes reservados no orçamento para garantir que o trabalho de *advocacy* não seja esquecido ou não seja despriorizado.
- O exemplo da nossa organização deve ser coerente com a nossa mensagem de *advocacy*, o que terá maior peso e trará maior credibilidade ao trabalho de *advocacy*, uma vez que os decisores verão integridade, e não ações que não condizem com o discurso.
- Converse com outras organizações, tantas quanto possível, para saber se estão trabalhando na mesma questão e se conhecem quem esteja.
- Use as informações e os contatos que tiver para formar redes, alianças e coalizões, pois há poder no *advocacy* conjunto.
- Use múltiplos métodos e abordagens de *advocacy* para potencializar o impacto.

## ESTUDO DE CASO

**SRI LANKA**

A Navajeevana, antiga organização parceira da Tearfund, trabalhava com pessoas que queriam se libertar da dependência química. A organização queria agir a respeito de uma grande campanha publicitária de cigarros que estava para ser realizada nos portos de Galle e Colombo. Uma multinacional produtora de cigarros pretendia usar um iate como principal estratégia promocional, além de distribuir materiais promocionais com sua marca. As escolas foram convidadas a levar seus alunos a bordo do iate, o que, para Navajeevana, promoveria uma imagem glamourosa do tabagismo. A organização visitou escolas e incentivou-as a cancelar as visitas propostas ao iate, em benefício e defesa das crianças. A Navajeevana decorou um ônibus como se fosse um iate e conduziu-o pelos bairros, fazendo teatro de rua e zombando dos slogans publicitários da empresa de cigarros. Quando o iate finalmente chegou, havia pouco interesse na campanha de publicidade. A população também se conscientizou mais sobre os riscos associados ao tabagismo.

“ **O trabalho de *advocacy* pode criar expectativas não realistas sobre a rapidez com que as mudanças podem acontecer** ”

- Assegure-se de que a comunidade participe da identificação dos problemas, propondo soluções e avaliando suas chances de trazer mudanças.
- Estabeleça uma estratégia de *advocacy* realista, que leve em consideração os recursos disponíveis, os conhecimentos da comunidade, a acessibilidade dos alvos e a probabilidade de mudança.
- Certifique-se de que todos tenham expectativas realistas desde o início.
- Assegure-se de que o trabalho de *advocacy* esteja integrado com outros projetos existentes de desenvolvimento.

“ **O *advocacy* pode levar ao comprometimento das pessoas envolvidas e até da própria organização** ”

- Promova processos participativos para que as mensagens de *advocacy* sejam formuladas por um grupo de pessoas.
- Assegure-se de que a oração esteja presente em todas as ações e que haja uma compreensão clara do embasamento bíblico da ação, se houver.
- Assegure-se de que as pessoas afetadas pela situação atuem em sua própria representação.
- Assegure-se de que mais de uma pessoa faça contato com os decisores, para que todos os contatos e a influência não estejam concentrados em uma só pessoa.
- Tenha um sistema interno de prestação de contas, claramente definido.

Para outras sugestões, consulte a FERRAMENTA 35: Análise de riscos de *advocacy* e a FERRAMENTA 36: Quadro de mitigação de riscos de *advocacy*.

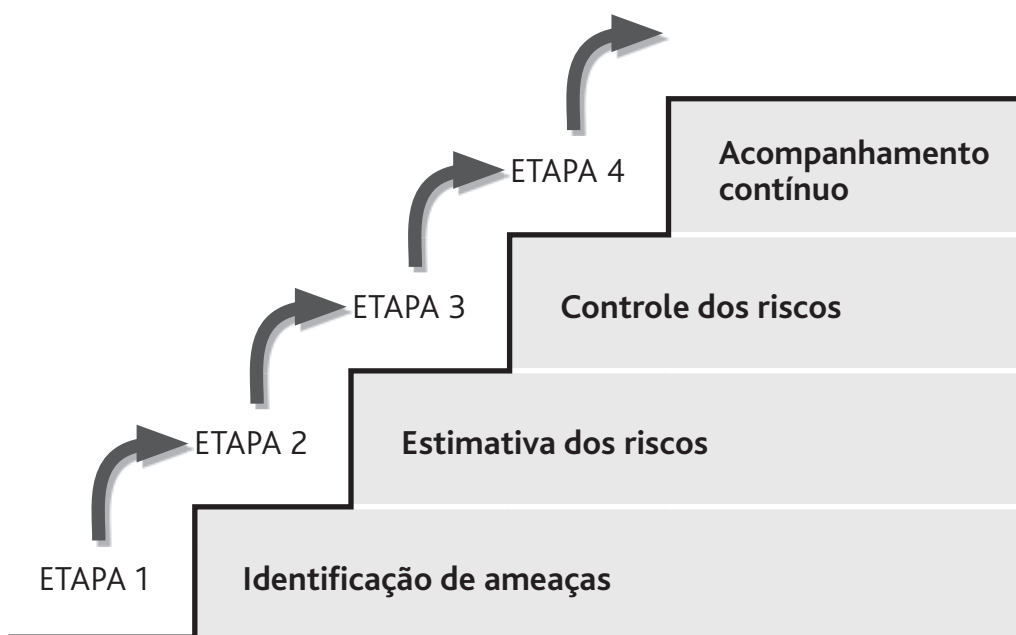
Vide também a Seção G5 sobre o *advocacy* em contextos políticos difíceis.



## Análise de riscos de *advocacy*

Uma análise de riscos de *advocacy* é uma ferramenta que permite avaliar os riscos que nós ou as nossas organizações podem enfrentar no trabalho de *advocacy*. Forma a base da gestão de riscos e prevenção de crises, utilizando uma abordagem estruturada de levantamento de ameaças, seguida por uma avaliação da probabilidade de ocorrerem e elaboração de um plano de contingência para mitigar e controlá-las.

A análise de riscos compreende várias etapas:



### ETAPA 1 Identificação de ameaças

A primeira etapa consiste em identificar possíveis ameaças, assegurando-se de não deixar nenhuma de fora. Para isso, podemos:

- Seguir um *checklist*, como o apresentado a seguir, e registrar as ameaças existentes
- Procurar, de forma sistemática, identificar áreas de vulnerabilidade em um plano de *advocacy*, por exemplo, em relação a determinados relacionamentos, sistemas, estruturas, etc.
- Consultar pessoas que possam ter outros pontos de vista sobre o provável impacto de determinadas ameaças.

Os possíveis tipos de ameaça incluem:

- **REPUTACIONAL** Perda de credibilidade, falta de legitimidade, comprometimento das mensagens, basear-se em informações incorretas, etc.
- **PESSOAL** Doença, intimidação, assédio, violência, prisão, morte, etc.
- **PATRIMONIAL** Fechamento forçoso de imóveis, apreensão de documentos, incêndio criminoso, furto de documentos importantes, etc.
- **POLÍTICA** Mudanças em regimes, saída do cargo de decisores-chave, opinião pública, política do governo, influência estrangeira, etc.
- **OPERACIONAL** Perturbação nos planos de origem externa, perda de acesso a recursos financeiros, impossibilidade de acesso a decisores, revogação de registro, etc.



- **PROCESSUAL** Perda de transparência, governança deficiente, incapacidade de aproveitar oportunidades de momento, etc.
- **PROJETOS** Estouros orçamentários, demora nos projetos, desvio do foco em função de uma emergência, etc.
- **FINANCEIRA** Fraude, suborno, desvio de recursos, perda de empregos ou renda, etc.
- **TÉCNICA** Incapacidade de acompanhar os avanços tecnológicos, falhas técnicas, etc.
- **NATURAL** Ameaças meteorológicas, desastres naturais, acidentes, doenças, etc.

**ETAPA 2 Estimativa dos riscos**

A segunda etapa consiste em calcular a probabilidade de ocorrência de cada ameaça e avaliar seu impacto. Uma das abordagens possíveis é estimar a probabilidade de ocorrer o evento e calcular o custo para sanar a situação caso ocorra, tanto em termos financeiros quanto em termos de relacionamentos. Dessa forma, é possível obter valores estimados para cada risco.

Outra abordagem é considerar o provável impacto do risco e a sua probabilidade de ocorrência, atribuindo a cada aspecto uma pontuação de 1 a 5, sendo 1 muito baixo e 5 muito alto. Em seguida, multiplica-se uma pontuação pela outra, e quanto maior o produto, maior o risco estimado.

**ETAPA 3 Controle dos riscos**

A terceira etapa consiste em identificar formas de controlar os riscos, reconhecendo, no entanto, que alguns riscos ainda serão elevados apesar de seus melhores esforços. Os meios de controle devem ser econômicos na medida do possível, considerando o seu valor estimado. Às vezes, é melhor aceitar o risco do que usar recursos excessivos para eliminá-lo. Isso deve ser feito com sabedoria, oração e discernimento.

Os riscos podem ser controlados de diversas formas:

- **USANDO OS RECURSOS EXISTENTES** Melhorias em técnicas e sistemas existentes, mudanças em responsabilidades, melhorias na prestação de contas e nos controles internos, etc.
- **ATRAVÉS DO PLANEJAMENTO DE CONTINGÊNCIA** Consiste em aceitar o risco e elaborar um plano para minimizar seus efeitos caso se materialize. O plano permite tomar medidas imediatas caso o risco venha a se concretizar e em uma situação de gestão de crise.
- **INVESTINDO EM NOVOS RECURSOS** Consiste em decidir a respeito de trazer recursos adicionais para controlar o risco, ou até contratar seguro para cobertura do risco.

**ETAPA 4 Acompanhamento contínuo**

A quarta etapa consiste na avaliação periódica. Pode envolver avaliações formais da análise de riscos, por exemplo, sempre que ocorrer uma mudança nas circunstâncias. Também pode envolver a adaptação dos planos, destinando novos recursos orçamentários ou alertando contatos externos.



## Quadro de mitigação de riscos de *advocacy*

Convém antever todos os possíveis riscos e buscar maneiras de reduzi-los preventivamente. O quadro apresentado abaixo pode ser usado no planejamento de contingências para mitigar os riscos de *advocacy*. Já está parcialmente preenchido com sugestões ilustrativas.

Possíveis riscos	Formas de reduzir os riscos	Gestor dos riscos
Danos à imagem da organização por basear-se em informações incorretas ou por falta de evidências para fundamentar suas mensagens de <i>advocacy</i>	<p>Verificar e triangular as informações (usar pelo menos três fontes) antes de usá-las nas discussões com decisores</p> <p>Assegurar-se de que todas as informações sejam de origem confiável e devidamente acreditadas</p> <p>Reunir evidências suficientes e fatualmente precisas antes de formular as mensagens de <i>advocacy</i></p>	Especificar o responsável
Falta de legitimidade para falar em nome de um grupo que não foi consultado	<p>Consultar o grupo que você irá representar</p> <p>Estabelecer claras responsabilidades</p> <p>Esclarecer o processo para decidir quem serão as partes interessadas no processo de <i>advocacy</i></p>	Especificar o responsável
Desilusão nas comunidades afetadas pela demora em trazer mudanças	<p>Definir claramente o que será feito e quando, e aquilo que é provável de ser alcançado e em que prazo</p> <p>Gerir as expectativas desde o início do trabalho de <i>advocacy</i></p> <p>Disponibilizar informações claras às pessoas durante o processo para reduzir possíveis desilusões</p>	Especificar o responsável
Ameaça ou emprego de violência contra quem estiver realizando a ação de <i>advocacy</i>	<p>Construir relacionamentos com pessoas no poder que possam acudi-lo em situações difíceis</p> <p>Trabalhar em redes e alianças, somando forças</p> <p>Trabalhar com aliados externos ao contexto e que não estejam sob a mesma ameaça</p> <p>Tratar os oponentes com respeito, para que não se tornem violentos</p>	Especificar o responsável
Mudanças e instabilidade políticas, podendo prejudicar o impacto e a eficácia do trabalho de <i>advocacy</i>	<p>Ser colaborativo e evitar confrontos</p> <p>Realizar um planejamento de contingências</p> <p>Assegurar-se de que as ações de <i>advocacy</i> sejam passíveis de prestação de contas e transição de um cenário político para outro</p> <p>Capacitar as comunidades afetadas para fazer <i>advocacy</i></p>	Especificar o responsável
Omissão de cristãos em exercer <i>advocacy</i> como abordagem para o problema identificado	<p>Incentivar o envolvimento em <i>advocacy</i> com materiais sobre o seu embasamento bíblico</p> <p>Trabalhar com líderes cristãos consagrados sempre que possível</p> <p>Demonstrar, pelo exemplo, que o <i>advocacy</i> funciona</p> <p>Dar exemplos do que outras organizações cristãs têm feito na área de <i>advocacy</i></p>	Especificar o responsável

## SEÇÃO F2 Exercícios de treinamento



### EXERCÍCIO 41 Identificar e reduzir riscos em *advocacy*

**Objetivo** Saber identificar riscos no trabalho de *advocacy* e planejar medidas para reduzi-los

**TIPO** Exercício em grupo

**DICAS** A primeira fase é leve, só funciona em grupo e pode ser usada como dinâmica vitalizadora. A segunda fase é mais séria e funciona melhor em pequenos grupos, mas podendo ser usada individualmente para reflexão pessoal.

**MÉTODOS** Atividades em pequenos grupos, exposição livre de ideias, reflexão, apresentação de conclusões e debate em plenário

**MATERIAIS** Folhas de papel de grande formato (como papel para flip-chart), canetas

**TEXTO A DISTRIBUIR** **FERRAMENTA 35:** Análise de riscos de *advocacy*  
**FERRAMENTA 36:** Quadro de mitigação de riscos de *advocacy*

- PASSO A PASSO (1ª FASE)**
1. Reúna todos de pé em um círculo, com a mão direita estendida para o lado, com o palmo aberto e voltado para cima, e a mão esquerda estendida para o outro lado, mas com o punho fechado e o polegar voltado para cima, como se estivesse fazendo sinal de positivo.
  2. Ao contar até três, todos devem tentar agarrar o polegar da pessoa à direita, sem deixar que a pessoa à esquerda pegue seu polegar. Não devem se mexer antes da hora.
  3. Peça que os participantes comentem a experiência em plenário, e use o debate para fazer a ligação com a importância de identificar e reduzir os riscos em *advocacy*.
- PASSO A PASSO (2ª FASE)**
1. Divida os participantes em pequenos grupos de três ou quatro e dê a cada grupo um estudo de caso de *advocacy*, de preferência algum que já tenham estudado.
  2. Usando a **FERRAMENTA 35:** Análise de riscos de *advocacy*, peça que cada grupo identifique as principais ameaças que se apliquem ao seu estudo de caso de *advocacy*, e que calculem os riscos envolvidos.
  3. Dê a cada grupo uma folha de papel para flip-chart e canetas.
  4. Peça que cada grupo desenhe uma tabela com três colunas em sua folha de papel.
  5. No cabeçalho, peça que escrevam: "Possíveis riscos" na primeira coluna, "Medidas para reduzir os riscos" na segunda, e "Gestor dos riscos" na terceira. Use a **FERRAMENTA 36:** Quadro de mitigação de riscos de *advocacy* como auxílio.
  6. Cada grupo deve transferir os riscos identificados para a primeira coluna. Em seguida, devem debater e concordar a respeito das medidas que devem ser aplicadas para reduzir cada risco. Também devem designar um responsável para cada medida proposta. Use a **FERRAMENTA 36:** Quadro de mitigação de riscos de *advocacy* como exemplo.
  7. Peça que cada grupo apresente a tabela resultante em plenário, e promova um debate para extrair os principais pontos de aprendizado.

**EXERCÍCIO 42 Superar as preocupações comuns no trabalho de *advocacy***

**Objetivo** Explorar maneiras de superar as preocupações mais comuns no trabalho de *advocacy*

**TIPO** Este exercício funciona bem com um grupo grande que possa ser subdividido

**MÉTODOS** Trabalho em pares, pequenos grupos, dramatização e debate em plenário

**MATERIAIS** Blocos post-it ou cartões em branco

**PASSO A PASSO (VERSÃO 1)** 1. Com antecedência, escreva as preocupações mais comuns das pessoas em cartões em branco ou post-its separados.

2. Divida o grupo em pares.

3. Dê um ou dois cartões em branco ou post-its a cada par.

4. Convide-os a debater a forma como essas preocupações podem ser abordadas e superadas.

5. Incentive-os a apresentar suas conclusões em plenário para debate.

**PASSO A PASSO (VERSÃO 2)** 1. Com antecedência, escreva as preocupações mais comuns das pessoas em cartões em branco ou post-its separados.

2. Divida os participantes em pequenos grupos.

3. Dê a cada grupo um estudo de caso de *advocacy*, de preferência algum com o qual já estejam familiarizados. Dê também, para cada grupo, um ou dois post-its ou cartões.

4. Convide os participantes a preparar uma breve dramatização baseada nos estudos de caso, ilustrando como as preocupações nos post-its ou cartões poderiam ser superadas.

5. Incentive os observadores a comentarem em plenário e extraia os principais pontos de aprendizado em discussão.

**EXERCÍCIO 43 Lidar com os desafios enfrentados por cristãos no trabalho de *advocacy***

**Objetivo** Entender e lidar com os desafios enfrentados por cristãos no trabalho de *advocacy*. Este exercício destaca a importância da participação da igreja em *advocacy* nos contextos e nas experiências específicas dos participantes, e demonstra como faz parte da missão integral.

**TIPO** Exercício em grupo

**MÉTODOS** Pequenos grupos, apresentações, estudos de caso, debate em plenário

**PASSO A PASSO** 1. Convide dois ou três participantes a falar sobre suas experiências com o envolvimento, ou falta de envolvimento, da igreja no trabalho de *advocacy*.

2. Discuta alguns dos desafios que as igrejas enfrentaram, os aspectos em que acertaram e o que fariam de diferente se surgissem desafios semelhantes novamente.

3. Divida os participantes em pequenos grupos e peça que respondam às perguntas abaixo e, em seguida, apresentem suas respostas em plenário:

- Quais seriam as questões adequadas para serem tratadas pela igreja por meio de *advocacy*?
- Que questões internas a igreja pode precisar resolver antes de se envolver no trabalho de *advocacy*?
- Quais as consequências prováveis caso a igreja não realize um trabalho de *advocacy*?

4. Se apropriado, tenha um momento de oração, onde os participantes possam pedir a Deus por sabedoria no trabalho que realizam em suas igrejas, comunidades e organizações.